

Índice

Capitalismo com impacto social	1
Marijuana não disponível em farmácias	2
Encontrar sentido para a vida ao aproximar-se a morte.....	2
O dataísmo, a nova religião de Silicon Valley.....	3

Capitalismo com impacto social

Há quem pense que o capitalismo, tal como o conhecemos, está ferido de morte. Outros consideram que, para o bem e para o mal, não existe um modelo alternativo para substituí-lo, e que a única coisa que pode ser feita é procurar corrigi-lo “a partir de fora”, fundamentalmente através de mais vigilância.

No entanto, no mundo empresarial está a ganhar força a ideia de que o sistema pode ser melhorado a partir de dentro, graças às “empresas de interesse público”: não se trata de associações, fundações ou empresas sem fins lucrativos, o conhecido “terceiro setor”. São empresas normais que, além de terem por objetivo a sua rentabilidade económica, inserem nos seus estatutos a obrigação de considerar o impacto social a médio e longo prazo das suas decisões.

A ideia de promover um capitalismo responsável não é nova. A favor desta causa levantaram-se vozes, tanto do âmbito da economia, como do da ética e da religião, com Bento XVI (“Aceprensa”, 25.8.2009) e Francisco (“Aceprensa”, 13.6.2014) como protagonistas em destaque. No entanto, as iniciativas surgidas em torno destas propostas concentraram-se no setor não lucrativo: as *charities* no mundo anglo-saxónico, as empresas sem fins lucrativos ou as ONG que geralmente recebem donativos, subsídios ou isenções de impostos, e a sua atividade é quase sempre diretamente assistencial

Pelo contrário, as empresas sociais desenvolvem uma atividade comercial num setor da economia, têm fins lucrativos e utilizam estratégias comerciais para conseguir lucros, são

financiadas como qualquer outra empresa e não desfrutam de vantagens de nenhum tipo.

Este conceito recebeu diversas denominações nos diversos países que o regulamentaram. O primeiro a fazê-lo foi o Reino Unido, que, em 2005, criou as Community Interest Companies (CIC). Vários documentos governamentais esclarecem que estas empresas, embora funcionem como as outras, têm de ter um objetivo social e devem utilizar os seus lucros e os seus ativos “para o bem público” (aquilo que se conhece por *asset lock*). Todavia, diversamente das *charities*, as CIC não desenvolvem uma atividade diretamente assistencial, podendo dedicar-se a qualquer setor desde que as suas atividades redundem num benefício para a comunidade. O nível de supervisão por parte do governo é menor.

Nos Estados Unidos, a empresa social encontrou nas *Benefit Corporations* (BC) uma forma jurídica para se desenvolverem. Trata-se de empresas privadas e com fins lucrativos que também assumem objetivos sociais.

Os dois traços que melhor as identificam são o de serem obrigadas a uma avaliação do impacto social por parte de um organismo privado independente (as CIC britânicas são supervisionadas pelo governo) e a existência de um mecanismo de controlo específico (*Benefit Enforcement Proceeding*), pelo qual os acionistas ou os próprios diretores podem processar em tribunal a empresa, se considerarem que não está a cumprir a sua função social. Ambas as características distinguem-nas de uma figura parecida, as *Social Purpose Corporations* (SPC), aprovadas nos estados da Califórnia, Washington e Florida. As SPC partilham muitos traços com as BC, mas apenas são obrigadas a uma avaliação interna e não preveem qualquer procedimento de controlo judicial, para lá dos tradicionais no âmbito privado.

Em finais de 2015, 30 estados norte-americanos tinham aprovado a figura jurídica das BC. Nessa mesma altura, a Itália fez o mesmo. Em grande parte, o crescimento deve-se à presença da B Corps, uma organização sem fins lucrativos dedicada a fazer expandir este modelo e a certificar as empresas que cumprem os requisitos mínimos para serem consideradas empresas com benefício público: somente dez anos depois da sua fundação, 1700 empresas em 150 países já tinham recebido o seu selo; outras 40 000 utilizam a ferramenta da B Corps para avaliar o seu impacto social.

Num relatório, os fundadores explicam como, apesar do crescimento mediático das *Benefit Corporations*, as empresas ainda encontram barreiras legais para se registarem nesta figura jurídica. Segundo os autores, estes obstáculos, herança do velho capitalismo que sempre coloca os interesses de curto prazo dos acionistas acima do impacto social, têm de ser eliminados para permitir que mais empresas possam contribuir para a prosperidade comum sem perderem a sua orientação comercial.

Marijuana não disponível em farmácias

A Drug Enforcement Administration (DEA) dos EUA decidiu manter a marijuana na lista de substâncias perigosas não suscetíveis de uso médico, desencorajando assim os que esperavam uma mudança.

Nos EUA, os que defendem o afrouxar das restrições à cannabis, esperavam que a DEA reclassificasse a marijuana na lista de substâncias perigosas, passando-a da Secção 1 para a 2. Isto teria facilitado a aprovação do governo federal para estudos do seu uso médico e para a venda em farmácias de produtos derivados.

No entanto, a DEA decidiu mantê-la na Secção 1 – juntamente com drogas como a LSD e a heroína –, o que pressupõe que “não tem um uso médico aceite” e sim “um elevado risco de abuso”.

Chuck Rosenberg, chefe da DEA, declarou que ninguém melhor do que a agência está a par dos estudos científicos sobre a cannabis. E mesmo que alguns investigadores tenham descoberto que certos componentes da marijuana podem ser úteis nalgumas doenças (epilepsia, dor crónica, artrite reumatoide, náuseas...), a evidência científica da sua eficácia é escassa ou inexistente.

Rosenberg esclareceu que mantê-la entre as drogas da Secção 1 não significa que a marijuana seja tão perigosa como o LSD ou a heroína. Significa apenas que não é segura para uso médico e tem um alto potencial de abuso.

Nesta cautela tem influência muito provavelmente o abuso de fármacos opiáceos, que utilizados em princípio para o tratamento da dor, se converteram em muitos casos em substâncias que criam dependência e originaram mortes por *overdose*.

Os que esperavam uma mudança por parte da DEA queixam-se que assim é mais difícil fazer estudos científicos sobre o uso médico da cannabis, com o que não se poderá saber se tem efeitos terapêuticos.

Todavia, a DEA disse que é favorável a que se façam estes estudos e anunciou uma medida prática que os pode facilitar: será ampliado o número de sítios onde se permite cultivar marijuana utilizável para estudos científicos. Até agora, só havia um centro deste tipo na Universidade do Mississippi.

Enquanto o governo federal mantém a sua proibição da marijuana para usos médicos, 25 estados aprovaram leis que a permitem para estes efeitos, e outros 4 legalizaram-na igualmente com fins recreativos. O único modo de resolver este conflito seria que o Congresso modificasse a Controlled Substances Act, para tratar de modo diferenciado a marijuana.

Embora os defensores da legalização da marijuana aleguem os seus potenciais efeitos terapêuticos, a agência encarregada da aprovação de fármacos, a Food and Drug Administration, não aprovou até agora nenhum fármaco derivado da cannabis.

Encontrar sentido para a vida ao aproximar-se a morte

William Breitbart dirige o departamento de psiquiatria do Centro Oncológico Memorial Sloan Ketterin, em Nova Iorque, um dos hospitais de ponta do país no tratamento do cancro. Com a sua “terapia de significado” ajudou muitos doentes a enfrentarem o momento da morte com mais tranquilidade e clareza de visão. Emily Esfahani Smith, autora do livro “The Power of Meaning”, conta a sua história num artigo publicado em “The Atlantic” (2.3.2017).

Breitbart começou a trabalhar no Memorial Sloan Ketterin em 1984, quando os casos de SIDA estavam a ter um crescimento exponencial. Muitos dos doentes sofriam intensamente não só pela dor física, como sobretudo pela angústia que a morte lhes provocava. Alguns pediram até a Breitbart ajuda para se suicidarem, uma prática que no início dos anos 90 tinha saltado para os títulos devido às polémicas práticas de Jack Kevorkian, o chamado “doutor morte”, que acabou por ser julgado e condenado por homicídio.

Breitbart acostumou-se rapidamente a interrogar-se sobre o sentido da sua vida. Quando era criança, a sua mãe,

sobrevivente de um campo de concentração nazi, fazia-o refletir sobre o facto de ela ter sobrevivido e tantos outros judeus não. Mais tarde, a experiência da angústia de tantos doentes, levou Breitbart a investigar que razões alegavam alguns doentes para solicitarem o suicídio assistido. Depois de entrevistar muitos deles, descobriu que a maioria se referia sobretudo a uma falta de significado. As faculdades de medicina, refletiu, ensinavam como tratar as depressões clínicas, mas este era um quadro diferente, uma espécie de “doença existencial”.

Foi aí que desenvolveu a sua “terapia de sentido”: oito sessões nas quais um grupo de doentes, entre seis e oito, refletiam em conjunto sobre as experiências que tinham dado significado às suas vidas, ou os traços que tinham definido a sua identidade. Na última sessão, cada participante explicava aos outros o seu “projeto de legado”, o que tinha deixado para as gerações seguintes: a educação dos seus filhos, a colaboração numa iniciativa de impacto social, etc. Fixar-se em rostos ou nomes concretos ajudava os doentes a ver com maior clareza e otimismo a sua biografia.

Para dar validade científica ao seu método, Breitbart efetuou várias experiências controladas sobre as consequências da terapia. Todas revelaram resultados muito positivos: os participantes declaravam ter aumentado a sua qualidade de vida e o seu bem-estar espiritual. A angústia pela morte ou a sensação de falta de sentido tinham-se reduzido drasticamente. Além disso, estes efeitos aumentavam com o tempo. Os doentes que antes tinham manifestado o seu desejo de “acelerar a morte” tinham abandonado a ideia.

A história de Breitbart mostra que, no acompanhamento aos doentes terminais, o aspeto psicológico e espiritual pode ser tão importante como o puramente físico. Uma boa “terapia de sentido” e a administração dos cuidados paliativos necessários são a melhor forma de procurar uma verdadeira “morte digna”.

O dataísmo, a nova religião de Silicon Valley

“Homo Deus”

Autor: Yuval Noah Harari
Debate. Madrid (2016)
496 págs.
Tradução (castelhano):
Joandomenèc Ros

No seu livro “Homo Deus”, o historiador israelita Yuval Noah Harari reflete sobre o profundo impacto que a tecnologia teve

na mudança da condição humana e aponta as possibilidades que pode alcançar no futuro.

O livro é demasiado ambicioso e simplificador em grande parte. Dedicava muito espaço a narrar numerosos casos, avançando somente com aquilo que reforça a conclusão a que quer chegar.

O seu primeiro livro, “Sapiens”, alcançou sucesso depois de ter sido recomendado por Mark Zuckerberg, o fundador do Facebook, e Barack Obama. O novo livro parece que responde a um desejo de aproveitar a onda de popularidade que alcançou então.

No entanto, reflete o assombro do homem contemporâneo perante o poder da tecnologia, o *big data* (dados em massa) e os algoritmos. Segundo Harari, o humanismo demonstrou que “Deus é produto da imaginação humana”. E o dataísmo – a nova religião – respondeu: “Sim, Deus é produto da imaginação humana, mas a imaginação humana é por sua vez produto de algoritmos bioquímicos”. É a aliança entre a biologia e a tecnologia, o pós-humanismo mais radical.

O termo dataísmo não foi inventado por Harari. Parece que foi o colunista do “The New York Times”, David Brooks, que o criou em 2013, e existe um livro com esse nome, “Data-ism”, de Steve Lohr, outro comentador do mesmo meio de comunicação social.

O humanismo matou Deus e o dataísmo acabará por considerar obsoleto o homem quando a Internet das Coisas ligar todos os organismos e objetos, se estender por todo o universo e for como Deus: estará em toda a parte e controlará tudo, e os seres humanos estarão destinados a fundir-se nele. O *homo sapiens* apenas terá sido a ferramenta para criar este Matrix, o precursor de uma espécie nova: o *homo deus*.

O mais valioso do livro é o capítulo final, no qual desfia os perigos da nova religião dos dados e o algoritmo, o dataísmo. O princípio fundamental do dataísmo é a defesa do fluxo de dados e a defesa a todo o custo da liberdade da informação: atenção, porque não é a liberdade do ser humano para receber e comunicar informação, mas um direito dos dados, que devem ser libertados.

No entanto, as grandes empresas que estão a lucrar com os dados dos utentes – fundamentalmente Google e Facebook – mantêm em segredo os seus algoritmos, algo que deveria fazer refletir sobre a legitimidade dessa assimetria.

Adverte que o dataísmo é especialmente perigoso, porque se está a propagar por todos os ramos do saber e está a adquirir a categoria de único saber científico. Não lhe falta razão, visto que em campos como o humanístico ou o das ciências sociais, despreza-se sistematicamente tudo o que tenha a ver com a especulação ou reflexão teórica, as quais foram desterradas pelos organismos privados ou públicos que avaliam a investigação académica.

Harari considera que é necessário um exame crítico do dogma dataísta que, como qualquer religião, tem mandamentos: 1) Um dataísta deve maximizar o fluxo de dados ligando-se a cada vez mais meios e produzindo e consumindo cada vez mais informação; 2) Ligar todo o sistema, incluindo os "hereges" que não queiram ser objeto dessa ligação.

Muitos leitores podem pensar que Harari está a exagerar a importância desse movimento, mas há algumas pessoas de nomeada e com acesso a recursos enormes que pensam que os dados em massa, por exemplo, as vão libertar da morte.

No planeta Google, Ray Kurzweil, diretor de engenharia da empresa, e Bill Maris, acreditam na possibilidade de alcançar a imortalidade através dos dados. Em 2013, a Google criou uma empresa, Calico, para "resolver" o problema da morte; e o Google Ventures, fundo de investimento da Google presidido por Maris, investiu 720 milhões de dólares, um amplo terço do seu capital em empresas de biotecnologia.

Peter Thiel, investidor norte-americano de origem alemã, um dos fundadores do PayPal e o primeiro investidor no Facebook depois de Zuckerberg, é outra das pessoas que aspira a viver para sempre. Zuckerberg considera-o seu mentor e Thiel integra o Conselho de Administração do Facebook. Tem em vista um futuro do qual pensa "forçar a mudança" graças à Internet, pois acredita que "a liberdade e a democracia não são compatíveis" e que a extensão do Estado Providência e o voto feminino fizeram desaparecer qualquer esperança de poder haver uma democracia capitalista. Que se entenda bem: ele quer mais capitalismo e menos democracia. Para ele, a esperança é a tecnologia, que possa acabar com a morte e proporcionar espaços de liberdade, seja vivendo nos oceanos ou no espaço exterior à Terra.

Thiel é personagem dos tempos que correm, pois foi nomeado por Donald Trump, membro da equipa de transição entre a presidência de Obama e a de Trump. Thiel é dono de uma empresa que se dedica ao tratamento de dados em massa, a Palantir.

Harari afirma no seu livro que o Facebook pode não só prever o resultado de uma votação como inclinar a balança, algo que indicam várias experiências em 2010 e 2012. Nas últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos, nas quais o Facebook foi acusado de propiciar a vitória de Donald Trump, Zuckerberg negou que a rede social tenha tanta influência; mas os meios de comunicação social recordaram ao fundador do Facebook que isso não era o que dizia anteriormente.

Vários meios de comunicação acusam a plataforma de não filtrar os boatos e incrementar o efeito bolha, pelo que os seguidores de Trump recebiam um grande número de falsas notícias que circulavam entre os utentes, sem que o Facebook fizesse nada para verificar o seu conteúdo. Tanto o Google como o Facebook anunciaram que impedirão no futuro que os sítios de notícias falsas recebam receitas publicitárias.

Serão capazes? Há alguns meses, as mudanças no Facebook consistiram em eliminar todos os editores humanos de notícias e deixar ao algoritmo assumir a seleção, o que fez disparar a publicação de notícias falsas. Posteriormente, os mesmos algoritmos levaram a que fosse censurada, por exemplo, de modo automático, a conhecida fotografia da guerra do Vietname que mostra uma menina nua a correr e a chorar após um bombardeamento com napalm.

Talvez os milionários de Silicon Valley gostassem de criar um Matrix, mas está a sair-lhes mais uma Babel. Como comentava Zeynep Tufekci, já que criaram um problema de tal dimensão, deveriam preocupar-se em solucioná-lo antes de tentarem colonizar Marte.

M. D. A.

